



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo republicar o pregão 03/2019 - Ivaiporã, para possível contratação de pessoa jurídica para futuras aquisições de **Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para pavimentação asfáltica (COM TRANSPORTE) para atendimento à demanda de manutenção do IFPR Campus Ivaiporã**, conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, pelo Sistema de Registro de Preços, de acordo com o Decreto nº do Decreto n.º 7.892/2013 e alterações posteriores, bem como no art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação de serviços e materiais de manutenção das vias se faz necessária em função do desgaste pelo uso, por fatores naturais e pelo decurso do tempo. A manutenção será preventiva e corretiva, tendo como objetivo, em ambos os casos, minimizar gastos desnecessários para a Administração.

2.2. A Administração utilizou como valor de referência dos serviços e insumos os custos de composições não desoneradas da tabela SINAPI de Junho/2019, com preços do estado do Paraná, permitindo maior flexibilidade por parte das empresas licitantes. Onde a Tabela não apresentou resultados, foi realizada pesquisa de preços com fornecedores do objeto a ser adquirido.

2.3. A estruturação do presente Termo de Referência em grupos mostra-se imprescindível diante da necessidade sequencial do processo construtivo. Os itens agrupados apresentam, em sua maioria, relação de interdependência entre si.

2.4. Considerando que as vias de acesso às diferentes estruturas do Campus de Ivaiporã, dentro de seu perímetro, objeto desta manutenção preventiva e corretiva estão em uso constante tanto por servidores quanto por usuários e fornecedores relacionados aos serviços prestados por este IFPR, mostrando-se recomendável a execução dos serviços ocorra no menor espaço de tempo possível, o que demanda, por certo, que o prestador inicie e conclua as etapas dos serviços a que lhe forem conferidos.

2.5. A execução da obra será realizada pelo Departamento de Obras da Prefeitura de Ivaiporã, conforme apresentado no Extrato de Termo de Cooperação nº 12/2019.

2.6. Preços, se enquadram no Art. 3º e seus incisos, bem como no Art. 9º, II, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, justifica-se pela imprevisibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo de itens a serem utilizados; redução de estoques, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais e entregas parceladas.

2.7. Dada à especificidade e singularidade do objeto, esta licitação não será aberta para Intenção de Registro de Preços ou para a inclusão de outros Campi do Instituto Federal do Paraná.

2.8. Julga-se pertinente a contratação pleiteada neste certame por meio do Sistema de Registro de Preços pois, permitirá que o IFPR Campus Ivaiporã adquira os materiais de forma conjunta e de acordo com demanda e disponibilidade dos maquinários do Departamento de Obras, buscando-se, inclusive:

2.8.1. Melhoria da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, tais como: especificações técnicas, alinhamento estratégico com o planejamento dos órgãos e condições jurídicas para a contratação;

2.8.2. Redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios sendo que a execução conjunta culmina em um único certame;

2.8.3. Suprir as dificuldades decorrentes da falta previsibilidade do consumo (por não haver condições de identificar exatamente a demanda).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os itens que integram o objeto da presente licitação enquadram-se na classificação de bem comum, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

4.1. No âmbito do presente Termo de Referência denomina-se “Grupo” cada conjunto de itens/produtos/equipamentos, a serem fornecido por uma única empresa.

4.2. Para efeito de julgamento dos preços no REGISTRO DE PREÇO, o **critério de julgamento deverá ser “Menor Preço por Grupo”**, obtidos pelo somatório dos valores dos itens do grupo, conforme tabela I que segue.

4.2.1. Os itens **não agrupados** terão como critério de julgamento o “**menor preço por item**” sendo vencedor, o licitante que ofertar o menor valor para o item na fase de lances.

4.3. Em se tratando de grupos, a cada lance ofertado (por item), o sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor valor global do grupo;

4.4. Finda a disputa, a aceitação será por grupo, para os itens agrupados, e por item, para os itens individuais, sendo que para os itens agrupados não será possível aceitar ou rejeitar parte dos itens de um mesmo grupo, devendo ser aceito o grupo todo, o que também ocorrerá nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

TABELA I – ITENS E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PADRÃO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA (COM TRANSPORTE)	Tonelada	300	R\$ 444,90	R\$ 133.470,00
Total sem BDI					R\$ 133.476,00
BDI (15,76%)					R\$ 21.034,87

Total com BDI	R\$
	154.504,87

4.5. A presente licitação não é de participação exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, com base no disposto no art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/06 com as alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme expresso abaixo:

4.5.1. Após a coleta dos orçamentos para a elaboração do preço máximo para o processo licitatório, verificou-se que não houve um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme trata o Art. 49, Item II da Lei complementar nº 123/2006 alterada para a Lei Complementar nº 147/2014.

4.5.2. Aplicando a exclusividade para ME/EPP, a Administração correrá o risco de ver frustrado o certame e os itens serem considerados fracassados, conforme preconiza o presente Termo. Portanto, realizar o presente certame prevendo a possibilidade de exclusividade e de cotas para ME/EPP, poderá representar prejuízos para esta autarquia, pois o mesmo deverá repetir todo o processo realizando outro certame, correndo o risco de frustrar os prazos previstos para a execução do Termo de Convênio nº 12/2019, firmado entre o IFPR Campus Ivaiporã e a Prefeitura do Município de Ivaiporã.

4.6. É vedada a Subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

5. **ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

5.1. Todos os ITENS descritos na Seção 4 deverão ser entregues em perfeito estado de utilização.

5.2. Todos os materiais entregues, em parcelas, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, deverão obedecer a um mesmo padrão de qualidade;

5.3. Todos os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as especificadas contidas na Descrição dos Itens presente neste Termo de Referência, conforme **Tabela I da Seção 4**.

5.4. A Contratada deverá arcar com todos os custos para transporte do CBUQ desde sua coleta até o local indicado pelo Contratante, zelando para seu correto acondicionamento e alocação no local onde serão prestados os serviços.

5.5. Os valores do item 1 são compostos considerando o seguinte:

5.5.1. Tonelada de CBUQ: **R\$ 322,50** conforme Tabela Sinapi;

5.5.2. Quilômetro rodado: **R\$ 1,53** - sendo, neste caso, estimada uma quantidade de 24.000 quilômetros percorridos em distância inferior a 100 Km com caminhão de capacidade estimada de 20.000 litros em rodovia pavimentada.

5.5.3. Assim, a composição do preço é de **R\$ 322,50** (Ton. CBUQ) + **R\$ 122,40** (Total de transporte dividido por Tonelada), resultando no valor estimado de **R\$ 444,90**.

6. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1. Na proposta de preços deverá constar a descrição detalhada dos itens, de acordo com as especificações do item 3.1 deste Termo de Referência, sendo que a validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

6.2. Deverá a proposta, conter o valor unitário para cada saída e o valor total, aceitável no máximo 2 (duas) casas decimais após a virgula, em moeda corrente no Brasil (R\$).

6.2.1. Os valores máximos a serem pagos por cada item, são os especificados na **Tabela I da Seção 4**.

6.3. Na proposta deverá conter além da especificação completa do material fornecido, e o preço, as seguintes informações e anexos:

- a) Nome do fabricante;
- b) Modelo;
- c) Procedência (país de origem e unidade fabril);
- d) Ano de fabricação.

6.3.1. Poderão ser anexados à proposta Catálogos e folhetos descritivos dos materiais/equipamentos elaborados e/ou divulgados pelo licitante, fabricante, integrador, distribuidor, etc.

7. ESTRATÉGIAS DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO.

7.1. O cumprimento do objeto do presente Termo de Referência compreende o fornecimento e a entrega do objeto licitado, de acordo com as especificações descritas na Seção 4, e nos Locais específicos indicados pelo IFPR, de acordo com os endereços indicados no Edital.

7.2. Os materiais deverão ser entregues nas localidades indicadas, conforme as quantidades solicitadas pela unidade no momento da aquisição, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, pelo fornecedor.

7.3. Os materiais/equipamentos serão entregues em dias úteis, das 8h30min às 11h30min e das 14h00min às 17h30min, e deverão ser descarregados e colocados em local indicado por servidor responsável do IFPR.

7.3.1. A retirada dos materiais dos veículos transportadores e a remoção destes até os locais onde deverão ser instalados ficarão por conta do fornecedor.

7.4. Os itens deverão ser entregues, quando couber, acondicionados. A embalagem deverá possuir identificação externa contendo no mínimo a Descrição do bem.

7.5. Aos itens acondicionados, deverão ser seguramente embalados com material reciclável (Lei nº 12.305/2010, artº32).

7.5.1. As embalagens devem ser fabricadas com material que propiciem a reutilização ou reciclagem.

7.5.2. Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam

- a) Restritivas em volume e peso, as dimensões requeridas à proteção do conteúdo;
- b) Projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências ao produto que contêm;
- c) Recicladas, se a reutilização não for possível.

7.6. Todo entulho deverá ser removido do terreno pela contratada.

7.6.1. O desentulho dos serviços deverá ser feito periodicamente de maneira que não haja acúmulo que interfira na estética ou dificulte o acesso ao local;

7.6.2. Serão removidos dos locais do Serviço todos os materiais e equipamentos, peças remanescentes e sobras de materiais, ferramentas e acessórios que se fizerem necessários à entrega do CBUQ;

7.6.3. Todo o entulho será removido, deixando os locais do Serviço e circunvizinhanças completamente limpas, livres e desimpedidas de todos os resíduos gerados.

7.7. O objeto desta licitação será recebido:

7.7.1. **Provisoriamente** pelo Almoxarifado do Campus solicitante, sendo o recebimento provisório apenas simples conferência física dos materiais. O recebimento **definitivo** dos materiais deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, depois de verificada a conformidade do insumo contratado, mediante ateste de recebimento pela CONTRATANTE diretamente na Nota Fiscal/fatura.

7.7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada para a entrega dos itens e realização de serviços estará sujeita a:

8.1.1. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo vedado sub-empregar totalmente os serviços especializados, uma vez que comprovada a idoneidade técnica do sub-empregado, a critério da Fiscalização junto ao Órgão Central do Sistema de Engenharia;

8.1.2. O Profissional Responsável deverá dar assistência diária aos referidos trabalhos, combinando um horário comum de permanência no local onde será executado o serviço, com a Fiscalização. A Contratada poderá determinar a qualquer tempo a substituição do Profissional Responsável, caso julgue que o mesmo traz prejuízo ao bom andamento dos trabalhos;

8.1.3. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse do serviço, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais;

8.1.4. Dar livre acesso a todas as partes, sem exceção, à Fiscalização, mantendo em perfeitas condições, a critério desta, escadas, elevadores, andaimes e outros dispositivos necessários à vistoria do serviço;

8.1.5. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho;

8.1.6. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução de serviços;

8.1.7. Transportar para local indicado pela Fiscalização os materiais aproveitáveis proveniente de demolições – que pertencerão, a menos que indicado em contrário, ao Contratante – e dele retirar os materiais inservíveis, às suas expensas (se for o caso);

8.1.8. Encaminhar ao Contratante, cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços contratados;

8.1.9. Caso seja solicitado, fornecer cópias do resultado de ensaios ou testes de materiais ou serviços a seu cargo à Fiscalização, sendo que a retirada de amostras e o preparo de corpos de prova serão executados com assistência da Fiscalização, cabendo a esta aprovar previamente o laboratório onde serão realizados os ensaios e testes;

8.1.10. Transportar, manusear e armazenar com o maior cuidado possível, evitando-se choques, pancadas ou quebras, os vários materiais a empregar no serviço, sendo que, aquele sujeito a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva deverão ser guardados em ambiente adequados à sua proteção, até o momento de sua utilização;

8.1.11. Tomar as providências necessárias para que, sempre que a utilização do serviço depender de aprovação de outras entidades (concessionárias de abastecimento elétrico, de água, de gás e de serviços de telefonia e saneamento, Corpo de Bombeiros, etc.), esta aprovação seja obtida em tempo hábil, para não atrasar o início da utilização, que deverá coincidir com a entrega do serviço, cabendo-lhe, ainda, providenciar as vistorias, testes e aprovações de materiais, equipamentos e instalações exigidos por aquelas entidades, quando for o caso, arcando com o pagamento das taxas e emolumentos correspondentes.

- 8.1.12. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência Contratual, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando a contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 8.1.13. Entregar com pontualidade nos locais específicos determinados pela Contratante, o objeto solicitado, bem como atender as demais condições do Edital.
- 8.1.14. Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, aos quais se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 8.1.15. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas nesse Edital.
- 8.1.16. Garantir a qualidade dos produtos, devendo a contratada reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, todo objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda má qualidade no serviço realizado, conforme o art. 69 da Lei 8.666/93.
- 8.1.17. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não se excluindo ou se reduzindo esta responsabilidade, o acompanhamento realizado pela contratante, de acordo com art. 70 da Lei nº 8666/93. Todos os casos atípicos não mencionados neste Edital deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição e determinação.
- 8.1.18. Comunicar imediatamente a contratante, no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos produtos e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 8.1.19. Comunicar, imediatamente e por escrito a Administração, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- 8.1.20. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos materiais, objeto da licitação.
- 8.1.21. É de responsabilidade da contratada possuir em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.
- 8.1.22. Fornecer aos seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos de segurança do trabalho de acordo com a NBr-18, respeitando outras normas inerentes a Segurança do Trabalho.
- 8.1.23. Observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho e obedecer às normas técnicas de proteção ao meio ambiente, conforme art. 12, inciso VII, da Lei 8.666/93.
- 8.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.1.25. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados pro meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 8.1.26. Permitir o acompanhamento da entrega por servidores do Instituto Federal do Paraná – Campus Ivaiporã ou da Prefeitura de Ivaiporã (que estará executando os serviços) caso seja necessário.

8.1.27. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº: 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público

9. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

9.1. A execução do serviço deverá ser realizado com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividades da Contratada, observadas as leis em vigor, deverão ser observados os requisitos de segurança com relação as redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

9.2. O Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais do serviço e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem.

9.3. Entre outros, inclui-se nos dispositivos de proteção coletiva, critérios de circulação de operários, visitantes, veículos, critérios de transporte horizontal e vertical, de operários, materiais; condições de segurança quanto às instalações provisórias, os serviços de escavações, escoramentos, rampas, escadas; escolha e utilização de andaimes como proteção adequada a cada uso; prevenção contra incêndio e curto circuito; condições especiais de armazenamento e transporte de materiais perigosos; perfeita manutenção das máquinas, motores guinchos, cabos e acessórios, sinalização do local, com fixação de cartazes, setas indicativas, normas gerais de trabalho a serem observadas, etc.

9.4. Compete a Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e a noite. A Fiscalização poderá exigir da contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

9.5. A Contratada submeter-se-á às medidas de segurança exigidas pelo IFPR Campus Ivaiporã ou a Prefeitura de Ivaiporã aplicáveis ao local onde se realizarem os serviços.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. A empresa CONTRATADA deverá executar os serviços de recuperação de pavimento flexível devendo atentar às seguintes determinações:

10.1.1. Não executar os serviços em dias de chuva;

10.1.2. Não executar sem a marcação prévia do perímetro da área a ser reparada;

10.1.3. Examinar, cuidadosamente, todo equipamento para execução do serviço, devendo ser utilizado após aprovação da fiscalização;

10.2. A empresa Contratada deverá atentar para execução da reparação conforme descrito a seguir:

10.2.1. A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93.

10.2.2. É de total responsabilidade da contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

10.2.3. A contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

10.2.4. A todos os materiais recolhidos devem ser dados a correta destinação final de resíduos eventualmente gerados durante a execução contratual.

10.2.5. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela

contratante, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

10.2.6. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitadores das mudanças de comportamento.

10.2.7. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

10.2.8. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

10.2.9. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

10.2.10. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

10.2.11. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Ivaiporã, 06 de Setembro de 2019.

NOME: JAQUELINE MIRIAN ALVES CARVALHO SIAPE: 2317246	NOME: ANNA MICHELLA ARRUDA SIAPE: 2189124
RESPONSÁVEL PELA COMPILAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:	
NOME: PAULO SÉRGIO CARNICELLI SIAPE: 1895061	



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SERGIO CARNICELLI, Pregoeiro(a)**, em 03/10/2019, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANNA MICHELLA ARRUDA, DIRETOR(a)**, em 07/10/2019, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE MIRIAN ALVES CARVALHO, DIRETOR(a)**, em 07/10/2019, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0459935** e o código CRC **392C7D06**.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
IVAIPORÃ/SECCON/IVAIPORÃ/CA/IVAIPORÃ/DIPLAD/IVAIPORÃ/DG/IFPR/IVAIPORÃ-
SECCON/IVAIPORÃ
Av. Victor Ferreira do Amaral, 306,3º Andar Curitiba - PR | CEP CEP 82530-230 - Brasil